Sábado, 14 de Novembro de 2026

Bolsonaro anuncia que Michelle irá representá-lo na posse de Trump nos Estados Unidos

O ex-presidente **Jair Bolsonaro** (PL) afirmou, nesta quinta-feira (16), que a ex-primeira-dama **Michelle Bolsonaro**vai representá-lo na **posse** do presidente eleito dos Estados Unidos, **Donald Trump**, em Washington. A cerimônia está marcada para 20 de janeiro de 2025.

A decisão foi divulgada logo após o ex-presidente ter o pedido de devolução do passaporte negado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. O magistrado alegou a possibilidade de "tentativa de evasão" de Bolsonaro "para se furtar à aplicação da lei penal".

Após a negativa, o ex-presidente afirmou que Michelle viajará no sábado (18), em entrevista à *Revista Oeste*. Segundo o político, a ex-primeira-dama "terá um tratamento bastante especial" devido à "consideração" e à "amizade construída durante dois anos" entre ele e Trump.

"É comum quando você está no poder ter seus amigos, e, quando deixa o poder, 90% vai embora, quando não lhe viram as costas", disse ainda Bolsonaro, afirmando que com Trump "isso não aconteceu".

PEDIDO NEGADO

A defesa do ex-presidente havia pedido a **liberação de seu passaporte**, alegando que Bolsonaro foi "honrado ao receber, diretamente do Comitê de Posse Presidencial, convite formal" para participar das solenidades de posse nos EUA.

Nesta quinta-feira (16), a quatro dias da cerimônia, o ministro Alexandre de Moraes negou a devolução do passaporte, apreendido desde fevereiro de 2024, quando o ex-presidente foi alvo da Operação Tempus Veritatis, deflagrada pela Polícia Federal para investigar uma tentativa de golpe de Estado em 2022.

Na decisão, Moraes ressaltou haver possibilidade de "tentativa de evasão" de Bolsonaro, "para se furtar à aplicação da lei penal". O ministro destacou que o ex-presidente vem defendendo a fuga do País e o asilo no exterior no caso dos condenados pelos atos golpistas de 8 de Janeiro.

A decisão do ministro segue o parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR), que não viu "interesse público" que justificasse a flexibilização da restrição imposta ao ex-chefe do Executivo, indiciado por crime de golpe de Estado. O chefe do Ministério Público Federal (MPF), Paulo Gonet, afirmou que a viagem pretendia "satisfazer interesse privado" de Bolsonaro, o que não é "imprescindível".

fonte diariodonordeste

Escrito por

Redação

Estadão Conteúdo

Foto: *Marcelo Camargo/Agência Brasil*